

# Métodos da Ciência Econômica

Gentil Corazza  
Organizador

## O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas

Pedro Cezar Dutra Fonseca

### 1. Introdução

A proposição de que um método se faz necessário para que o conhecimento seja alcançado remonta à filosofia grega. Mas foi Kant que desenvolveu com rigor a necessidade de uma teoria do conhecimento, ao propor e desenvolver a tese de que ele próprio se tornasse objeto de uma teoria. Não sendo inato nem capaz de brotar espontaneamente, o conhecimento requer esforço para ser alcançado. Surge, então, a necessidade de um método, entendido como o caminho que se deve percorrer na busca do conhecimento, embora ele, por si só, não garanta que se alcance a verdade.

O conhecimento pode ser definido como uma relação entre sujeito e objeto. Este entendimento está mais ou menos assentado em todas as visões filosóficas e psicológicas, e o que as distingue é como se faz presente esta relação entre sujeito e objeto em cada concepção. Ou seja: conquanto, de uma forma mais abstrata, se possa entender o conhecimento como essa relação, há várias formas de expressar e entender como a mesma se materializa, bem como se expressa em cada ciência particular e quais suas possibilidades e limitações. Esses talvez sejam os

---

**Pedro Cezar Dutra Fonseca** é Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Pesquisador do CNPq.

pontos mais complexos e polêmicos da teoria do conhecimento, que mais tem dividido os filósofos que se debruçaram sobre o tema.

Na tentativa de sumarizar alguns pontos relevantes dessa controvérsia, com o propósito maior de sistematização didática, serão abordados três aspectos que afloram na reconstituição deste debate no campo das discussões filosóficas, embora se tenha por objetivo ensaiar algumas hipóteses de como elas aparecem na Economia. Estas controvérsias clássicas dizem respeito aos debates entre (a) dogmatismo e ceticismo; (b) objetivismo e o subjetivismo; e (c) racionalismo e empirismo.

## 2. Dogmatismo *versus* ceticismo

A primeira questão que acompanha o debate epistemológico, com reflexos na história do pensamento econômico, refere-se à controvérsia entre *dogmatismo* e *ceticismo*, a qual também apresenta tentativas de conciliação ou superação relevantes, como o relativismo. Aqui, para fins didáticos e de exposição, manter-se-á a análise centrada na polaridade.

A pergunta central diz respeito à possibilidade do conhecimento: pode-se conhecer a realidade? O conhecimento pode ser alcançado?

A posição do dogmatismo (*dogma* = doutrina fixada), expressa em poucas palavras, diz não haver por que se preocupar com essa questão, pois óbvia é a resposta positiva a ela. Com esta postura, a rigor, desqualifica-se a própria existência do problema. Seus defensores remontam à Grécia Antiga, já nos filósofos eleáticos e jônios quando, nos primórdios da filosofia, a atividade de filosofar não era em si questionada quanto as suas possibilidades, tendo-se como suposto a plena capacidade do homem para tal. Os dogmáticos não têm o benefício da dúvida.

O dogmatismo para se sustentar precisaria pressupor e admitir como verdade juízos fortes tanto com respeito ao sujeito como quanto ao objeto. Com relação ao primeiro, precisaria crer na ampla possibilidade de o sujeito apreender o objeto, de não haver erros de observação, de enfoque, de circunstância ou de ilusão dos órgãos do sentido. O sujeito, a rigor, precisaria ser infalível – atributo possível só para os deu-

ses. E mesmo que o sujeito alcançasse este grau de perfeição, ainda precisaria o objeto apresentar constância e regularidade, de modo que a atitude de buscar conhecê-lo não pudesse ser prejudicada. Mas, como se sabe, um dos grandes problemas da aventura de querer conhecer o mundo diz respeito ao objeto em si, que apresenta aleatoriedade, mudanças, descontinuidades e, via de regra, apresenta-se de forma parcial, fragmentada e até obscura, como enfatizou Hegel.

Platão foi dos primeiros críticos do dogmatismo ao argumentar que o conhecimento não é inato, mas precisa ser adquirido, alcançado. Ilustra seu ponto de vista em uma parábola em que os deuses deram ao homem a habilidade e a razão, mas nem por isso o conhecimento e a virtude prosperaram, pois estes exigem esforço, dedicação, determinação e vontade. Já Kant entendia como dogmáticos os filósofos que se dedicavam à metafísica sem questionar as possibilidades e os limites da razão humana para empreender esta tarefa. Desta forma, para eles o conhecimento não seria posto como objeto da própria investigação, já se aceitando, de antemão, sua possibilidade. Geralmente as idéias do dogmatismo fixam-se mais no objeto, pois se aceita *a priori* a possibilidade de o sujeito apreendê-lo.

Já o ceticismo parte do extremo oposto, assinalando as dificuldades para se chegar ao conhecimento ou à verdade (ceticismo “moderado”) ou mesmo sua impossibilidade (ceticismo “radical” ou “absoluto”). Pirron de Elis, talvez seu mais brilhante precursor, argumentava que, diante de dois juízos contraditórios, um poderia ser tão verdadeiro quanto o outro, para concluir ser mais aconselhada a abstenção de todo juízo. O problema decorria em boa parte do próprio objeto, já que entendia que os fenômenos eram em si indiferenciáveis. Górgias de Leôncio também se arrola entre os precursores mais radicais, mas lembra o lado do sujeito na impossibilidade: “Não existe nada. Mesmo se existisse, o ser seria incompreensível para nós e não poderíamos conhecê-lo. E mesmo se pudéssemos conhecer, não poderíamos comunicar aos outros nossos conhecimentos”.

Certamente este ceticismo *radical* pode chegar ao extremo de negar a possibilidade do conhecimento e, portanto, da ciência. Mas, paradoxalmente, o ceticismo foi muito importante na história da ciência, já que trouxe a dúvida à ordem do dia e contribuiu para separar o discurso religioso do científico, as crenças e a fé de outro tipo de

conhecimento do mundo, apoiado na razão e na observação. Além disso, ajudou a combater as explicações preconceituosas e as respostas rápidas, ao apregoar a necessidade do método para alcançar o conhecimento. Assim, ao lado de um ceticismo *sistemático* ou *sistêmico*, assumido como uma questão de princípio ou fruto de um posicionamento filosófico, com Descartes chega-se ao ceticismo *metódico*: é possível conhecer o mundo, e a dúvida aparece não mais como princípio ou convicção filosófica para negar a possibilidade do conhecimento, mas como procedimento a ser seguido pelo sujeito por uma questão de método; duvidar faz parte do trabalho do cientista, de maneira que este sempre deve desconfiar de seus dados, de seus testes, de suas respostas.

Nem sempre o ceticismo abarca todos os campos do conhecimento. Há ceticismos especializados ou restritos a determinadas áreas; por exemplo, há cétricos apenas no campo religioso, como os agnósticos. Já o positivismo é um exemplo de ceticismo metafísico, ao duvidar da possibilidade de se chegar à essência das coisas, ao negar a filosofia e ao defender como científico apenas o conhecimento assentado na observação empírica e no mundo sensível. Aquilo que não se pode provar através da experiência deve ser rechaçado como objeto da ciência. Assim, sentenças como “os anjos têm asa”, “Deus é justo” e “o amor é eterno” podem até ser verdadeiras, mas não podem ser submetidas à prova empírica e, portanto, não são integrantes do campo da ciência.

Modernamente o ceticismo aparece de várias formas tanto nas discussões filosóficas como nas ciências especializadas. A versão mais conhecida é a do *relativismo*, para quem a verdade é relativa a determinado meio, cultura ou até mesmo classe ou ideologia. Manifesta-se no campo ético, por exemplo, ao se dizer que não se pode julgar um índio com base em códigos do homem civilizado, pois as regras de conduta dependem de cada cultura. Também em estudos antropológicos, quando se afirma que não se pode hierarquizar as manifestações artísticas mais sofisticadas (como Bach ou Michelangelo, por exemplo) e a popular ou do folclore. Ou, ainda, em certo marxismo primitivo que afirma(va) que a verdade da classe dominante não poderia ser a mesma das classes exploradas, de modo que haveria uma ciência burguesa e outra proletária.

O relativismo cultural ou ideológico corre o risco de, ao estreitar tanto sua amplitude, ver-se chegar ao mais puro psicologismo ou a um subjetivismo absoluto, implicando que a verdade dependa de cada sujeito: “cada cabeça uma sentença” diz o dito popular, ou “o homem é o princípio de todas as coisas”, como propunha o princípio do *homo mensura* de Protágoras de Abdera. Enesidemo, já no século I a. C. afirmava: “Nem o sentido nem a razão. Ambos são contraditórios. O conhecimento varia com os sujeitos e com os enfoques. Só conhecemos as coisas como aparecem”. Como se vê, seu ceticismo não o eximia de formular juízos com muita convicção em assuntos tão polêmicos como este... Se todas as verdades são relativas, como ter tanta certeza da veracidade desta proposição?

Os filósofos da era clássica da filosofia grega, como Sócrates, Platão e Aristóteles, combateram o ceticismo ao afirmar que o conhecimento era possível e a verdade era uma só, rejeitando o relativismo; existirem várias verdades implica que nunca se poderia afirmar o falso nem o verdadeiro e, portanto, dever-se-ia abster de todo juízo. Se a verdade ou os valores dependem do meio, de cada cultura ou do contexto histórico, poder-se-ia argumentar que a violação de direitos humanos durante o nazismo poderia ser aceitável, assim como as atrocidades da inquisição espanhola.

Já o ceticismo metafísico de Comte, por sua influência no século 19, marcou a obra de muitos economistas, mas também expressou profundo descontentamento com o método de trabalho da Economia Política nascente. Crítico do liberalismo dos fisiocratas, de Smith e Ricardo, Comte via estes autores como adeptos da dedução, não se preocupando com a necessária recorrência ao “altar dos dados” para submeter à prova suas teorias. Além disso, entendia como anticientíficas construções teóricas como valor, preço natural, mão invisível, ordem natural, classe estéril – pois não empíricas, não mensuráveis, quase que apenas fruto da imaginação, enfim, metafísicas: por que os economistas não se detinham a investigar os preços de fato encontrados no mercado, sem recorrer ao “subterfúgio” do valor e do preço “natural”? Com que fundamento Quesnay afirmara que a ordem social era manifestação divina, num tom malebrachista que surpreendeu seus coevos enciclopedistas? De onde Smith tirara que os homens tinham propensão “natural” à troca e que em toda sociedade primiti-

va os homens trocavam com base nas horas de trabalho necessárias à produção? Havia pesquisas neste sentido? Como Ricardo concluía que existia uma tendência à queda da taxa de lucro sem nenhuma investigação empírica, sem nenhum dado do mundo real, apenas como decorrência de uns poucos axiomas e pressupostos?

Para Comte, não restava dúvida: na escala da evolução, a economia não chegara à fase positiva e por isso os economistas não se contentavam em construir teorias de fato testáveis e independentes da ideologia; a carência de cientificidade evidenciava-se ao apegarem-se a critérios valorativos ora liberais, ora socialistas, ora cristãos; recorrendo à questão formulada mais tarde por Durkheim (1974), para melhor expressar seu pensamento: por que não se contentavam em ser apenas economistas?

O questionamento de Comte não se restringia à Economia, mas abarcava todas as ciências humanas de sua época, e resultou na proposta de uma nova área para pesquisa, a Sociologia, a qual deveria ser a “física social”, isenta de critérios de valor e empiricamente fundamentada. Mas, no campo da própria Economia, a crítica à despreocupação de Ricardo de tratar de questões metodológicas – o que se poderia denominar seu dogmatismo – expressou-se inicialmente através de Malthus. Embora a história do pensamento econômico demonstre a incontestada hegemonia ricardiana, haja vista que enquanto sua teoria tornou-se *mainstream* ao longo do século 19 e resgatada como antecessora pelos maiores nomes que aparecerão – Mill, Marx, Marshall, para citar alguns com contribuições decisivas para os modernos *approachs* –, Malthus foi considerado herético pelo menos até Keynes reabilitá-lo como precursor da teoria da demanda efetiva. Malthus (1983) não deixa dúvida na *Introdução de seus Princípios de Economia Política*, cuja primeira edição data de 1820: os erros de Ricardo provinham de simplificar e generalizar apressadamente, crer sem duvidar da possibilidade e das dificuldades de alcançar-se o conhecimento em matéria complexa como economia, sem tomar precaução com regras metodológicas elementares; os economistas deveriam incorporar em suas análises discussões sobre a possibilidade do conhecimento e o melhor caminho para alcançá-lo.

As observações de Malthus não foram em vão. Se a teoria econômica ricardiana tornou-se hegemônica, as críticas de Malthus, re-

forçadas pelos positivistas e historicistas, não foram ignoradas pelos economistas posteriores, o que implicou, em menor ou maior grau, o abandono do dogmatismo por parte dos principais teóricos da Economia. Restringindo-se ao século 19: na Inglaterra, Senior, Mill e, mais tarde, John Neville Keynes incorporaram definitivamente preocupações metodológicas, chegando a contribuir mais neste campo que em matérias propriamente de teoria econômica. Já a Escola de Louvaine, ao lançar mão da linguagem matemática, passou a receber críticas e partiu para sua defesa; ao assim proceder, incorporou discussões sobre o alcance e os limites deste instrumental no meio dos economistas; esta preocupação, que se nota em Walras e Cournot, também está presente no italiano Pareto. Nos Estados Unidos, Veblen partiu para o institucionalismo justamente ao pôr em questão a universalidade da teoria neoclássica e seu caráter abstrato ao desconsiderar o meio, a cultura e as instituições. Mas foi na Alemanha onde a denúncia ao “dogmatismo ricardiano” radicalizou-se e o ceticismo mais prosperou, chegando inclusive a vertentes bastante radicais. As críticas começaram com List, na década de 1840, para quem a maneira dos ingleses (leia-se Ricardo) fazer ciência equivocava-se por desconsiderar as condições sócio-culturais de cada nação, ao assentar-se em um *homo economicus* abstrato, universal e reduzido a um cálculo racional, que ignorava a complexidade das decisões humanas, sempre de fato tomadas considerando as ações dos demais, ou seja, em um contexto determinado.

A crítica de List ganhou expressão maior com a Escola Histórica Alemã, a qual buscava alicerçar, em argumentos históricos, as diferenças entre os economistas de língua germânica e a Inglaterra, para mostrar, a partir deles, que as leis da economia não poderiam ignorar o contexto em que se inseriam. Roscher aconselhava evitar falar-se de leis em economia, pois apenas regularidades de longo prazo, leis de desenvolvimento, poderiam detectadas. Hildebrand perguntava-se como falar em leis, se as variáveis e suas relações se alteram de caso para caso? Knies, mais radical, duvidava de que se pudesse a rigor falar em economia, caindo em um ceticismo que só admitia “vagas regularidades”. Tudo isso sem contar Marx que, recorrendo à dialética hegeliana e ao materialismo de Feuerbach, proporcionou verdadeira revolução no campo da epistemologia e da filosofia do conhecimen-

to ao contribuir com reflexões nestas áreas desde seus primeiros trabalhos, na década de 1840.

No século 20, a incorporação da questão da possibilidade do conhecimento ganhou maior fôlego entre os economistas, seja do *mainstream* (Círculo de Viena, Friedman), de vertente keynesiana (Joan Robinson, pós-keynesianos, sem contar as contribuições do próprio Keynes sobre probabilidade) e marxista. Tudo sugere, então, que os principais teóricos da Economia afastam-se cada vez mais do dogmatismo, embora a postura do paradigma dominante para ignorar questões metodológicas não possa ser negligenciada. Afinal, um conhecimento que “se basta” tem a pretensão de assentar-se em um método que é único, universalmente reconhecido, e, por decorrência, fruto de um consenso cujas razões para se questionar são insignificantes. O dogmatismo, assim, sempre é uma tentação.

### 3. Objetivismo *versus* subjetivismo

A outra questão a ser analisada remete à consideração de que se o conhecimento é uma relação entre sujeito e objeto, qual deles ocupa o papel central em sua consecução, em qual se localiza, principalmente, o problema da investigação. O *subjetivismo* frisa a importância do sujeito no processo de busca do conhecimento, ao passo que o *objetivismo* centra-se no objeto, atribuindo-lhe peso mais relevante nas discussões epistemológicas. Evidentemente existem várias tentativas, no campo da epistemologia, de tentar conciliar ou mediar este conflito básico, cujas raízes remontam à Grécia.

Platão, por exemplo, defendeu que o problema maior do conhecimento residia no objeto. Isto fica claro já no Mito da Caverna, com a divisão entre o mundo sensível, transitório e imperfeito, e o mundo das idéias, no qual fica estabelecido que a realidade é altamente complexa e há dificuldade para apreendê-la em sua totalidade. Esta idéia de Platão inspira a concepção moderna de criação de modelos, que é muito usada em economia e em todas as ciências, defendendo-se que não se pode captar a realidade em todas as suas determinações, que é preciso recorrer a simplificações – os modelos – como passo inicial para se apreender o objeto. Platão, apesar de alertar para essa dificul-

dade, não era cético e defendia que era possível conhecer o mundo e que a verdade não poderia depender de cada sujeito individual. Com isto, se opunha aos sofistas, precursores do relativismo moderno, que defendiam uma tese hoje muito comum entre os economistas e os cientistas sociais em geral, a qual propugna que o conhecimento depende do enfoque ou ponto de vista, da situação cultural de cada um, ou até que existe uma verdade relativa a cada classe ou grupo social. Também se pode perceber uma versão do subjetivismo ao se assumir uma concepção mais historicista do conhecimento, na defesa da verdade como relativa a determinadas circunstâncias históricas. É isso que Platão, em boa parte, pretendia combater; centrando suas considerações na discussão sobre os valores morais, mostrando que a virtude não poderia ser relativa – não pode existir o bem para alguém que não o seja para outro. Deveria haver pelo menos certos princípios gerais, básicos, que não fossem relativos aos valores individuais.

Os sofistas, escola pré-socrática, ao centrarem-se no sujeito, são precursores do individualismo que vai aparecer modernamente na escola neoclássica. É o caso de Protágoras de Abdera, já mencionado, ressaíndo o homem como centro de sua filosofia. Assim, as leis e as instituições não eram absolutas nem divinas, mas criadas por decisões do próprio homem. No entanto, coube a Epicuro defender a importância das sensações percebidas pelo sujeito como fonte primordial do conhecimento. Na Economia Política nascente, vários autores, como Smith, Cantillon e Bentham, assumiram esta tese que o conhecimento provinha das sensações, fortemente inspirados pelo empirismo inglês. Estabelecia-se, então, uma ponte entre sensualismo e subjetivismo, já que as sensações são percebidas diferentemente por cada sujeito, marcadas pela experiência individual, ou seja, são subjetivas. Na história do pensamento econômico esta controvérsia é sintetizada na corriqueira afirmação de que a teoria do valor trabalho é “objetiva”, já que para ela o valor independente do sujeito, transcende as individualidades e se impõe como coerção social, enquanto a teoria do valor utilidade é “subjetiva”, porquanto depende fundamentalmente da psicologia do consumidor. Mas Smith, mesmo tendo defendido a teoria do valor trabalho, não deixou de ser fortemente marcado pelo subjetivismo, principalmente na *Teoria dos sentimentos morais*.

Em boa parte, o objetivismo de Smith deve-se à influência de Newton; no caso, há uma visão de que a Economia, caso quisesse realmente se constituir em uma ciência autônoma, teria que ser análoga à forma com que se explicava cientificamente o universo: como uma máquina organizada, com movimento repetitivo, independente da vontade do sujeito, com leis próprias que pudessem ser descritas matematicamente, já que o objetivo era expressar seu funcionamento. Mas Adam Smith nem sempre foi consistente com este objetivismo: recorreu, em vários momentos, ao *homo economicus* e ao auto-interesse para justificar proposições econômicas e tendências inatas, como a propensão natural à troca e à satisfação pessoal. Ao tratar da simpatia como qualidade, tentou compatibilizar a idéia do indivíduo em si como sujeito das decisões econômicas e a existência de leis gerais. Assim, na obra de Smith há certa justaposição entre o indivíduo como agente de decisões e leis necessárias do sistema econômico; e este possível conflito não é ignorado por ele, já que enfrenta a questão e tenta, a seu modo, buscar soluções. Todavia, se tem em mente que a leitura preponderante entre os economistas é de Smith como prócer da teoria do valor trabalho, o objetivismo salta aos olhos: o valor não depende dos agentes individuais, os homens são submetidos ao valor e ao mercado; cada individualidade não tem o menor significado, seja teórico, seja no mundo real. Que relevância teria o indivíduo em um modelo em que cada um é visto analogamente a um átomo?

É com Ricardo que o objetivismo ganha a versão mais acabada da economia clássica. Este entende o sistema econômico como uma máquina organizada, que funciona segundo leis universais, "naturais": em sua construção analítica quase não aparece o ser humano, o ato volitivo; sua bem-acabada arquitetura teórica não esconde a difícil conciliação com o liberalismo filosófico, que procura se assentar no indivíduo e no objetivismo da teoria do valor trabalho. Na verdade, tudo sugere que o indivíduo apenas é suporte para as leis férreas da economia, e daí sua construção teórica poder expressar-se em um sistema de equações e através de um modelo determinístico. Parte-se de determinados pressupostos, formulam-se hipóteses e, através de um raciocínio lógico, chega-se a determinadas conclusões. Ricardo parece ser o economista clássico que leva às últimas conseqüências esse tipo de visão, já que este procedimento não é generalizado, pois não

se encontra, por exemplo, em Smith. Mas cabe assinalar que a unidade analítica em Ricardo não é o indivíduo, mas as classes sociais. Trata-se de liberalismo bastante diverso do verificável, por exemplo, na Escola Austríaca, pois nesta o auto-interesse é peça essencial da construção analítica.

É no marginalismo e na Escola Neoclássica que o subjetivismo em Economia vai expressar-se de forma mais acabada. Interessante é notar que a relação entre o subjetivismo marginalista e a escola neoclássica é objeto de pouca controvérsia, embora seja duvidoso que se possa realmente associar o neoclassicismo a um subjetivismo típico. De um lado, é claro que a escola marginalista recorre, em sua teoria do valor, ao sensualismo e ao hedonismo; o valor às coisas (os bens, *goods*) é atribuído pelo sujeito, principalmente na versão de Menger. Estas só se tornam bens quando algum sujeito as escolhe para satisfazer suas necessidades. O bem não é bem em si, mas bem para alguém que o considera como tal. Por outro lado, ao levar-se em conta a obra de Walras, pode-se indagar até que ponto o indivíduo realmente ocupa o centro da análise, já que a concepção de equilíbrio geral do sistema é uma arquitetura teórica semelhante à ricardiana, com a economia composta de determinadas leis que submetem os homens. O objetivo do cientista consiste em conhecer essas leis, “descobri-las”. Como pode uma teoria ser atomista, ter o indivíduo como centro de análise e, ao mesmo tempo, assentar-se no equilíbrio geral?

Quem explora muito este último aspecto é a Escola Austríaca, principalmente Hayek, que chega a duvidar de que a escola neoclássica seja, de fato, liberal. Nela não há explicitamente o lucro, que vira custo ou resíduo, bem como não há a figura do empresário como agente ou inovador: com a abstração do tempo no modelo, o equilíbrio resulta de um sistema análogo a um mecanismo, como em um sistema de equações.

Já Marshal apresenta outra versão neoclássica, diferente da de Walras, ao lançar mão do valor utilidade, mas evitando tanto o equilíbrio geral como o subjetivismo extremado. Em suas reflexões há influência reconhecida de Ricardo, não só teórica (a idéia da importância dos custos para determinar preços no longo prazo) como em questões metodológicas. Sua teoria da produção, por exemplo, é marcada por proposições que independem do sujeito, como a curva de custo

médio de longo prazo em forma de U, por exemplo, sem contar a análise sobre as sociedades anônimas e a presença de classes sociais ou agentes econômicos “coletivos” que coabitam com a psicologia de indivíduos tomados abstratamente, o *homo economicus*.

Mais recentemente essa controvérsia entre objetivismo e subjetivismo tomou um contorno particular, o qual consiste em indagar quais os fundamentos microeconômicos da macroeconomia. Esta discussão pode ser analisada por vários ângulos. No que aqui é focado, chama-se atenção justamente à possibilidade de conciliar uma teoria fundada no indivíduo, em suas preferências e em suas decisões como agente econômico racional – a microeconomia –, com a existência de leis gerais ou convenções e comportamentos dos grandes agregados da macroeconomia.

A compatibilização entre ambas remete a duas questões clássicas da epistemologia. A primeira diz respeito à própria noção de totalidade, ao desaguar na antiga polêmica se o todo é ou não a soma das partes, já que a aditividade de funções individuais para se chegar a funções agregadas continua sendo, a rigor, o recurso empregado pelas teorias neoclássicas. Mas precisar-se-ia ter claro e demonstrado que os indivíduos isoladamente tomam decisões não significativamente diferentes do que quando agem em grupo, associados ou simplesmente convivendo em sociedade – hipótese de difícil comprovação no campo empírico, embora possível em uma análise dedutiva amparada em vários pressupostos e axiomas. A segunda questão diz respeito à própria possibilidade de se chegar a leis gerais e sistêmicas a partir de fatos e observações parciais, ou seja, o famoso “salto da indução”, que tanto tem atormentado os indutivistas desde Hume e Locke. Em poucas palavras, este afirma que não se pode, a não ser que se suponha uma forte estabilidade no mundo, a partir de “n” observações chegar-se a leis gerais e universais, já que sempre há a possibilidade de uma nova observação diferente; a indução não garante certeza de se chegar a verdades universais.

Estes dois problemas clássicos da filosofia sempre complicam a busca dos fundamentos microeconômicos da macroeconomia e exemplificam como é difícil, no campo específico da teoria econômica, alcançar uma conciliação satisfatória entre objetivismo e subjetivismo.

#### 4. Racionalismo *versus* Empirismo

A última questão diz respeito à origem do conhecimento, ao indagar se repousa fundamentalmente na razão (*racionalismo*) ou na experiência (*empirismo*). A polêmica, como as anteriores, apareceu também na Grécia antiga. O idealismo platônico consistiu em defesa radical do primeiro ao postular que o mundo sensível ou da experiência é transitório, enganador, cópia imperfeita do “mundo das idéias”; não se poderia confiar nos sentidos como fonte do conhecimento, mas na razão. Somente esta poderia levar a juízos necessários e universais e, por isto, o racionalismo está bastante associado ao método dedutivo e à lógica formal. Modernamente foi revigorado com Descartes e Leibnitz, filósofos com contribuições também na área da matemática –, já que esta, como linguagem simbólica, expressa com maior precisão o conhecimento universal, necessário, dedutivo, usando o caminho que vai dos axiomas aos pressupostos, e destes a hipóteses até a demonstração e a conclusão.

Analise-se, por exemplo, duas sentenças: “o PIB do Brasil em 2002 era maior que o da Argentina” e “as curvas de indiferença nunca se cruzam”. Ambas são verdadeiras, mas há uma diferença básica entre a primeira, denominada sintética, e a segunda, chamada de analítica. As sentenças sintéticas só podem ser comprovadas recorrendo-se à experiência; precisam ser testadas, comprovadas com dados empíricos, históricos e/ou estatísticos. Nada diz *a priori* que o PIB brasileiro tenha de ser maior que o argentino em determinado ano; só dados podem comprovar ou não; não é verdade necessária nem universal, tanto que em outro ano, no passado ou no futuro, pode perfeitamente ocorrer o contrário. Já o fato de as curvas de indiferença nunca se cruzarem independe da experiência e da comprovação empírica, é uma necessidade lógica, decorrente de axiomas e pressupostos, embutida em sua própria definição. De fato, se as curvas se cruzarem, então não são “de indiferença”, ferindo claramente os pilares em que a dedução está assentada (dentre os quais, a racionalidade do consumidor). A rigor, só sentenças como estas são reconhecidas pelo racionalismo como verdadeiras.

A pretensão de formular sentenças universalmente válidas acompanha a Economia desde seus primeiros teóricos. Esta fascinação pelo racionalismo certamente vincula-se à apologia da razão como fonte do conhecimento apregoada pelo movimento Iluminista, contexto em que

emergem a fisiocracia francesa e a economia clássica inglesa. Mas é interessante notar que a recorrência a dados empíricos, históricos ou estatísticos, geralmente também foi uma constante entre os economistas (com a possível exceção de Ricardo), numa coexistência entre pretensões racionalistas e fundamentação empírica. Os fisiocratas, por exemplo, defendiam a existência de uma ordem natural necessária e universal, já que divina, mas também foram os precursores da contabilidade social: a medição do produto líquido era uma decorrência empírica da construção teórica. Smith buscou na natureza humana a fundamentação das leis econômicas, em conceitos como auto-interesse e simpatia; a pretensão de encontrar causas universais que fundamentassem a riqueza das nações coexiste com uma engenhosa argumentação fortemente influenciada pelo empirismo inglês (Hobbes, Locke, Bacon, Hume). Já Ricardo, como se mencionou, foi dentre os economistas clássicos o mais próximo do racionalismo típico; seus "Princípios" diferem radicalmente das principais obras econômicas anteriores, já que praticamente ignora dados estatísticos, quase não cita fatos históricos ou contemporâneos nem procura fundamentação empírica; trata-se do "mundo do modelo", do "suponhamos que", firmemente assentado na idéia de que ciência é abstração.

O empirismo, em suas raízes gregas, apareceu associado, em menor ou maior grau, ao probabilismo e ao sensualismo. Sexto Empírico (II a.C.), autor de *Contra matemáticos* e *Contra dogmáticos*, é tido como um de seus mais expressivos precursores. Também dentre estes se deve mencionar Epicuro, para quem o conhecimento não repousava na razão, mas nas sensações. Não sendo decorrente de necessidade lógica ou universal, o conhecimento depende da observação e da experiência; nada chega à razão sem que passe pelos sentidos. Mais que certeza da verdade, tem-se que o conhecimento é provável, impondo uma constante busca, sempre passível de aperfeiçoamento. Assim, o probabilismo substitui a verdade universal e, em versões mais radicais, pode chegar ao ceticismo, já que o conhecimento dependerá de infinidade de casos possíveis, de infinitas observações, de fontes inesgotáveis de pesquisa, nas quais sempre haverá o novo e a possibilidade do inusitado, bem como a multiplicidade de enfoques, de preconceitos e "erros" e de "distorções" do próprio sujeito. Desta forma, ceticismo e empirismo aproximam-se, embora isto não signifique que dogmatismo e racionalismo tenham laços estreitos.

Em matéria de Economia, o empirismo foi reivindicado por Malthus em suas críticas a Ricardo e, como já foi mencionado, teve sua expressão mais acabada em alguns membros da Escola Histórica Alemã. Entretanto, a pretensão de procurar fundamentos empíricos às teorias econômicas, já presente na fisiocracia, perpassa as diversas escolas econômicas desde o século 19. Como a Economia é a ciência social cujas variáveis mais se prestam à quantificação, a mensuração não é apenas um problema teórico, restrito ao meio acadêmico, mas empírico, presente no cotidiano dos profissionais que atuam em empresas, sindicatos e instituições públicas.

Mas é preciso que se distinga claramente o empirismo clássico (e radical), que propõe que o conhecimento provém fundamentalmente da observação e da experiência, com a simples recorrência a dados empíricos para ilustrar teorias, exemplificar ou mesmo tentar “evidenciar” proposições tidas como hipóteses ou leis. Na verdade, poucos economistas podem ser arrolados dentro do primeiro caso, enquanto que a grande maioria ajuda a ilustrar o último. Deixando de lado a tradição marxista que propõe uma interação entre a razão e a experiência como fonte do conhecimento, com base na dialética hegeliana, e que constitui um caso à parte, com uma epistemologia própria, pode-se dizer na atualidade convivem num mesmo autor teorias propostas como universais e com alto grau de abstração com o empirismo – não havendo neste aspecto diferenças significativas entre os grandes *approachs* contemporâneos que dividem os economistas neoclássicos, keynesianos, neo-riocardianos e schumpeterianos.

## 5. Conclusão

Conquanto, por razões didáticas, tenham-se apresentado as controvérsias utilizando-se, como recurso de exposição, polaridades, faz-se necessário mencionar que vários são os autores que procuraram mediar o debate, procurando alternativas “intermediárias”, seja no campo filosófico ou em Economia.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Os artigos que seguem nesta obra aprofundam o debate em diversas correntes e autores, de maneira que aqui só há uma breve referência a alguns desdobramentos da controvérsia.

Walras, por exemplo, apercebendo-se do problema, procurou construir uma superação do debate entre empirismo e racionalismo ao retomar a distinção de Stuart Mill entre ciência econômica e arte econômica, aperfeiçoando-a (1983). Sob a influência do positivismo, Walras entendia não haver por que distinguir apenas a teoria de sua aplicação, como procedera Mill, mas também claramente definir os campos da ciência positiva e do conhecimento normativo. Assim, a teoria econômica, ou economia positiva, deveria preocupar-se com “o que é”, estabelecendo proposições no modo indicativo, sem juízos de valor. A doutrina econômica, ou economia normativa, ao contrário, falaria no modo imperativo, compreenderia juízos de valor e preferências; nesta área a metafísica era admitida, bem como proposições não testáveis, onde a cultura, a fé e a ideologia expressavam-se. Já em sua ação prática – a “arte”, a política econômica –, o economista lançaria mão tanto da economia positiva como da normativa; desta forma, sua ação não estaria isenta de juízos de valor, mas a teoria econômica, como ciência, sim. A teoria pura, fruto do racionalismo, apontava para leis universais e necessárias; mas, em sua aplicação, contava a experiência, o conhecimento empírico e o interesse. Walras sintetizou seu ponto de vista ao afirmar que os critérios da ciência, da arte e da moral eram respectivamente “o verdadeiro, o útil ou o interesse e o bem ou a justiça” (1983, p. 17).

Já o marxismo pode também ser visto como uma proposta de superação da controvérsia entre racionalismo e empirismo, pois nele ambos fazem parte do processo do conhecimento. Assim, como fica visível na leitura de *O capital*, capítulos teóricos, com alto grau de abstração, são alternados com capítulos históricos, numa seqüência metodológica intencionalmente estruturada. Para Marx, sempre o concreto é o ponto de partida do processo de conhecimento, e é a práxis que o incita. Mas, ao contrário do positivismo (pelo menos em suas versões ultra-empiristas), este concreto é caótico, enganador, reino da alienação e do fetichismo. Para ultrapassá-lo, precisa-se dar um salto – a abstração –, como que para dar ordem a este caos. Aqui entraria a razão, o conhecimento teórico (e até, se assim se preferir dizer, os modelos e tipos ideais). Mas, ao contrário dos dedutivistas, como Ricardo, ou de autores como Max Weber, em que o conhecimento científico se concluiria no momento da abstração, com a construção de

tipos ideais, em Marx dever-se-ia voltar ao concreto para, historicamente, mostrar-se como estes são materializados. O fundamento para este procedimento tem suas origens na ontologia de Aristóteles, com a distinção entre essência e aparência. A aparência não revela de imediato a essência, de modo que se faz necessário ir além dela com um movimento do pensamento; a aparência é um ponto de partida necessário, mas insuficiente, porque só se revela parcialmente, de forma fragmentada ou até invertida. Portanto, não há conhecimento sem abstração, sem a tentativa de separar o essencial do acessório, o que só pode ser feito por meio de um ato da razão.

Finalmente, outra tentativa de superação, com raízes no século 19, embora mais desenvolvida no século 20, reside na metodologia que busca um entrosamento entre a teoria e os dados através da testagem, com técnicas estatísticas e econométricas. Nesta proposta, ao contrário da dialética marxista, a teoria continua como um momento separado de sua testagem; um é o momento da construção teórica, do modelo, da abstração; outro é sua aplicação, a verificação se o modelo apropria-se para ajudar para conhecer determinado objeto, se suas relações funcionais e/ou previsões podem ser aceitas, total ou parcialmente, ou pelo menos não rejeitadas. Os dois momentos podem estar – e geralmente estão – em pesquisas diferentes e ocupam pesquisadores que não são os mesmos. A diferença entre ciência “pura” e “aplicada” tem todo sentido dentro desta concepção que, embora reconheça a importância tanto da razão como da experiência como fontes do conhecimento, não esgota as controvérsias epistemológicas relativas a como ambas interagem ou podem entrosar-se na busca do conhecimento, bem como ao papel e a importância do sujeito e do objeto em sua consecução.

### Referências bibliográficas

- BIANCHI, Ana M. *A Pré-história da Economia*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- BLAUG, H. *The Methodology of Economics, or How Economists Explain*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- CALDWELL, Bruce J. *Beyond Positivism; Economic Methodology in the Twentieth Century*. London, George Allen & Unwin Publishers Ltd., 1984.

CHÂTELET, François. *História da Filosofia; a Filosofia Pagã*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *História da Filosofia; o Iluminismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 6.ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1974.

FEIJÓ, Ricardo L. *A Racionalidade das Teorias Econômicas: uma Investigação à Luz das Idéias de Popper, Kunh e Landan*. São Paulo, USP, 1994 (Tese de Doutorado).

HESSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. 7.ed. Coimbra: Armênio Amado, 1979.

LIST, G. F. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo, Abril, 1983 (Col. Os Economistas).

MACHLUP, F. *Methodology of Economics and other Social Sciences*. Nova York, Academic Press, 1978.

MALTHUS, Thomas Robert e RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática*. São Paulo. Abril Cultural, 1983.

MARCHAL, André. *Metodologia de la Ciência Econômica; el Conflictio Tradicional entre los Métodos y su Renovación*. Buenos Aire, Ateneo, 1957.

MATTOS, Laura Valadão de. *Economia Política e Mudança Social*. São Paulo, USP, 1998.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "O Pensamento Econômico Alemão no Século XIX", In: HELFER, Inácio (org.). *Pensadores alemães dos séculos XIX e XX*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000.

\_\_\_\_\_. O Método em Economia: uma perspectiva histórica, In: REGO, José Márcio (org.). *Revisão da Crise: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Bial, 1991.

PRADO, Eleutério F. S. *Economia como Ciência*. São Paulo, IPE/USP, 1991.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Oxford, Oxford University Press, 1976.

\_\_\_\_\_. *The Theory of Moral Sentiments*. Oxford: Claredon Press, 1976.

VICARELLI, Fausto. *Keynes and the Instability of Capitalism*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1985.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).

# A questão da comparação das teorias em "economia"

Eleutério F. S. Prado

## 1. Introdução

As concepções metodológicas em Economia, antes dominadas pelo positivismo, passaram na década dos anos 1980 a ser influenciadas pelo pós-modernismo. No Brasil ganhou rapidamente notoriedade um texto de Pérsio Arida, *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*, difundido a partir de 1983 por meio de reproduções espontâneas de um texto para discussão da PUC/RJ (Arida, 1991). Recebeu crescente divulgação nesse país, ademais, as idéias de McCloskey, originadas inicialmente no artigo *The rhetoric of economics*, o qual foi publicado na revista *Journal of Economic Literature*, também em 1983 (McCloskey, 1983).

Para efeito do artigo que aqui vai, podemos caracterizar o pós-modernismo por dois pressupostos centrais que seriam válidos em qualquer campo do saber, inclusive em Economia Política. Primeiro, pela suposição segundo a qual não há uma verdade unívoca que se pode ir descobrindo por meio da crítica dos erros e das contradições, para chegar desse modo a um pensamento objetivo (ainda que falível). Em segundo lugar, pelo pressuposto de que as linguagens em geral são meios auto-reflexivos, potentes apenas para gerar entendimento entre os ini-

---

Eleutério F. S. Prado é Professor da USP e bolsista do CNPq. E-mail: eleuter@usp.br.

ciados, e não meios referenciais e relacionais que se abrem para a exterioridade, seja para o mundo real com as suas bipartições e multipartições seja para outras linguagens com as quais compete. Em consequência, o pós-modernismo é cético quanto à possibilidade de resolver pendências teóricas, de separar a boa da má teoria, chegando a um conhecimento que pode ser considerado verdadeiro.

Tendo por referência os autores acima citados, vejamos como essa conclusão se segue dos pressupostos mencionados. Arida, por exemplo, argumentou que controvérsias em Economia não chegam a qualquer solução inequívoca ou se resolvem retoricamente; nesse segundo caso, “ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna as suas idéias mais plausíveis, quem é capaz de formar consenso em torno de si” (Arida, 1991, p. 30). Fernández, autor nacional que segue McCloskey, tendo por referência as controvérsias entre os economistas, sustentou que “aquilo que nos persuade é o que persuade às pessoas cuja opinião levamos em conta [...] um economista marxista não se abalará normalmente pelas críticas de seus colegas neoclássicos (e vice-versa), pois estes não constituem um tribunal cujas decisões ele aceite” (Fernández, 2000, p. 622). Se para o primeiro autor, o critério de supremacia vem do “poder de convencimento”, para o último não existe qualquer “critério de desempate entre conversas”, apenas o desenrolar pluralista de retóricas de convencimento entre pessoas éticas.

Ora, tanta sabedoria tem um segredo e este foi desvendado por Jameson: o pós-modernismo em geral, e sua concepção de ciência social em particular, vem a ser a lógica cultural do capitalismo avançado (Jameson, 1984). O retoricismo antes referido reflete, pois, a colonização da ciência pela produção de mercadoria na era neoliberal (que inclui pelo menos as duas últimas décadas do século XX).<sup>1</sup> Justamente quando a relação de capital reassume força máxima no comando dos destinos da humanidade, quando o poder político torna-se imperial, quando a democracia restringida é contida pelos imperativos da valorização dos capitais, justamente quando a “ciência

---

<sup>1</sup> Criticamos extensamente, em outro texto, a concepção de cientificidade retórica de Arida (Prado, 1997). Para uma crítica mais centrada no retoricismo de McCloskey ver, Paulani (Paulani, 1996).

econômica” torna-se autista e cada vez mais estéril e dogmática, ganha corpo um discurso segundo o qual “boa ciência é boa conversação”, “a retórica pressupõe uma conversa honesta”, etc. Ainda que esse discurso possa ser crítico (McCloskey, por exemplo, é uma satirista notável), ao admitir como existente o que ainda não pode existir, práticas comunicativas orientadas por interesse em verdade, correção normativa, etc., plenamente democráticas, ele acaba endossando e adulando as formas vigentes de dominação.

De qualquer modo, circulam no ar reflexos da famosa tese de Kuhn segundo a qual as teorias científicas (paradigmas) são incomensuráveis entre si. Para esse autor, como se sabe, não existe um procedimento sistemático de decisão – um *algoritmo neutro*, como ele diria – que possa resolver disputas sobre a validade de teorias. Indo do positivismo ao culturalismo, tais disputas se tornam para ele questões de razão prática que se resolvem, em última análise, no plano da linguagem. O processo de deliberação sobre teorias paradigmáticas rivais, que se funda em argumentação racional, vem a ser constituído nas práticas sociais da comunidade científica relevante. Assim, o problema do conhecimento é deslocado da relação entre os sujeitos cognoscitivos e as coisas concretas para a relação dos sujeitos entre si, completamente imersos no mundo da linguagem.

Ora, se é verdade que não existe conhecimento sem o meio da linguagem, também é verdade que o mundo concreto, seja das coisas naturais, seja das coisas sociais (já em si mesmas simbólicas, portanto), é o ponto de partida e o ponto de chegada do conhecimento. É, pois, na relação constantemente renovada entre os homens e as coisas, num espaço aberto de possibilidades (necessidades e contingências), acompanhando a flecha do tempo histórico, que se coloca o problema do conhecimento. Aí, nessa relação que muitos denominam *práxis*, os homens se exteriorizam e o mundo real é interiorizado. Se o pensamento do homem é capaz de chegar a verdades objetivas, como disse Marx na segunda tese contra Feuerbach, não é questão teórica mas de prática concreta (Marx, 1978, p. 51).

O homem, pois, não está aprisionado na trama da linguagem e das tradições culturais; ele tem constantemente de enfrentar o mundo concreto, experimentando a crítica irrevogável da prática. Os cientistas, por outro lado, não convivem de fato numa comunidade de pes-

soas puras, simplesmente honestas, que empregam a linguagem de um modo comunicativo visando fazer a verdade resplandecer, para o bem de todos. Algo como isso vem a ser apenas um pressuposto necessário e não eliminável, que Habermas chama de “comunidade ideal”, e que é negado pelo modo institucionalizado de produzir conhecimento nas diversas esferas da ciência. Sob tal pressuposto e, por isso mesmo, contraditoriamente, os cientistas participam e servem de fato em instituições de uma sociedade de classes, baseada na exploração do homem pelo homem e que se sustenta, no plano do pensamento, por meio de ideologias que escondem e legitimam a dominação.

Os economistas, em particular, não escapam dessa contradição seja apelando para a existência de um “algoritmo neutro” que venha garantir cientificidade para aquilo que julgam que sabem, seja apelando para o operar astucioso de uma “razão prática” que trabalha frotética e retoricamente na comunidade dos estudiosos, algo confusos sobre aquilo que é verdade em seu campo de conhecimento, mas que encarnam bem-aventurados em última análise. A verdade só pode aparecer num campo do saber como a Economia Política, vulgarmente chamada de Economia, por meio de uma investigação que vá além das aparências e não recuse a crítica de ideologias.<sup>2</sup> Esse tipo de pesquisa enfrenta as contradições reais, descobre e expõe as contradições discursivas e ressalta ironicamente as críticas da própria prática.

Entretanto, mesmo assim, não se pode garantir que a verdade venha a dominar nessa esfera; não se pode garantir que um persistente obscurantismo não venha a prevalecer nesse campo do conhecimento. Está-se bem difundida aí uma aspiração secreta por falta de transparência, por outro lado, vale ressaltar que a crítica de ideologia não tem dono.

## 2. Base de comparação

O objetivo desta nota é dar substância à compreensão metodológica acima exposta, apresentando um exercício crítico de compa-

---

<sup>2</sup> No fluxo da contracorrente, vem a ser ingênuo - ou petição de princípio - querer justificar o pensamento crítico afirmando o seu caráter ontológico ou o caráter dialético do real (Duayer e outros, 2001).

ração de teorias econômicas, o qual é construído sobre uma matriz de contabilidade social.<sup>3</sup> A partir desse retrato sintético e simplificado do sistema econômico, pretendemos contrapor concepções polares de teoria econômica para mostrar em que diferem e como o apresentam. Supomos que as teorias econômicas aceitam esse retrato como uma representação correta dos resultados de um sistema econômico, num momento do tempo. O ponto central vem a ser entender como as teorias enfrentam os desbalanceamentos inerentes ao funcionamento complexo e descentralizado da economia mercantil capitalista. Num dos pólos, estará a teoria neoclássica e, no outro, estarão as teorias econômicas heterodoxas que enfrentam, de algum modo, o desafio de incorporar a flecha do tempo (Marx, Keynes, Schumpeter, etc.).

Nas colunas verticais dessa matriz aparecem explicitamente as famílias e as firmas, com a omissão do setor bancário, do governo e do setor externo. Nas linhas horizontais dessa matriz aparecem as categorias básicas que originam receitas e despesas dessas duas classes de instituições inerentes à economia capitalista. A matriz está construída numa perspectiva *ex-ante* de tal modo que é preciso considerar que os fluxos de fundos podem representar valores planejados (indicados pelo superescrito "p") ou valores esperados (indicados pelo superescrito "e"). Nessa matriz os ingressos e os dispêndios estão expressos mediante os sinais positivos e negativos, respectivamente. Dado que os valores planejados podem não coincidir com os valores esperados, as somas horizontais apresentam hiatos que representam desbalanceamentos.

Na construção do quadro,  $C$  é consumo,  $I$  é investimento,  $X$  é produto bruto,  $N$  é o emprego de força de trabalho,  $L$  é o montante de empréstimo,  $w$  é o salário por unidade de força de trabalho;  $d$  vem a ser a remuneração unitária dos títulos e  $E_Q$ , finalmente, representa o valor total desses títulos.

<sup>3</sup> A matriz apresentada foi retirada de textos de Moudud (1998, 1999).

	Famílias	Firmas	Hiatos <i>ex-ante</i>
Consumo	$-C^p$	$C^e$	$C^e - C^p$
Investimento		$I^e - I^p$	$I^e - I^p$
Subtotal	—	—	$C^e + I^e - (C^p + I^p)$
Salários	$w N^e$	$-w N^p$	$w (N^e - N^p)$
Dividendos sobre títulos de propriedade	$\delta E_Q^e$	$-\delta E_Q^p$	$\delta (E_Q^e - E_Q^p)$
Subtotal	—	—	$(X^e - X^p) + w (N^e - N^p) + \delta (E_Q^e - E_Q^p)$
Juros de empréstimos		$-i L^p$	$-i L^p$
Varição no valor dos títulos de propriedade	$-\Delta E_Q^p$	$\Delta E_Q^e$	$\Delta E_Q^e - \Delta E_Q^p$
Var. no valor dos empréstimos contratados		$\Delta L^p$	$\Delta L^p$

Antes de prosseguir, algumas observações são necessárias para o bom entendimento dessa matriz: a) há um setor bancário implícito onde as empresas e apenas as empresas podem tomar empréstimos (os empréstimos das empresas, umas para as outras, foram desprezados); b) Os hiatos da última coluna podem ser interpretados como excessos de quantidade ofertada: aquilo que as firmas planejam vender, por exemplo, pode ser mais do que os consumidores esperam comprar; c) os lucros se apresentam aí como dividendos sobre títulos representativos do capital das firmas, como pagamento de juros e como lucros não distribuídos (o que acaba se expressando como redução no valor dos empréstimos ou como variação no valor dos títulos de propriedade); d) a poupança é constituída por lucros não distribuídos das empresas, vendas de títulos de propriedade e por empréstimos bancários; e) as relações das famílias com o setor bancário foram desprezadas.

Essa matriz de contabilidade social é representativa de uma economia constituída somente por proprietários privados, a qual vincula, por isso, as restrições orçamentárias das famílias e das firmas. No que se refere ao consumo, investimento, salários, dividendos e valor dos títulos, os destinos dos fundos estão coerentemente relacionados como as suas fontes. Entretanto, as fontes dos fluxos de crédito não aparecem aí, já que o setor bancário não foi introduzido explicitamente. Assim, apenas se pode supor que a taxa de juros sobre os empréstimos bancários vem a ser determinada de modo completamente exógeno.

A matriz de contabilidade social *ex-ante* representa um sistema econômico num determinado momento do tempo. A presença de hiatos é generalizada já que se supõe que esse sistema econômico não funciona sem desequilíbrios inerentes. De fato, ela apresenta o resultado agregado de um sistema econômico que pode ser caracterizado, de início, como um sistema complexo. Esse sistema é formado por unidades heterogêneas que se conectam umas às outras de modo também heterogêneo, que operam de modo descentralizado e que pulsam na temporalidade histórica. Esses hiatos não apenas, pois, vêm a ser uma consequência não eliminável do funcionamento do sistema econômico, mas eles fornecem também os sinais a partir dos quais o sistema econômico funciona. Assim, por exemplo, cada empresa capitalista está sempre procurando corrigir os próprios excessos de oferta, de capacidade, de endividamento, etc. O efeito conjunto dessas correções em nível das unidades econômicas engendra a necessidade de novas correções, interminavelmente; produz, dizendo de outro modo, um funcionamento agregado que apresenta tendências, ciclos, rupturas, etc. e que se situa na fronteira entre a ordem e o caos.

### 3. O hiato do produto

A matriz construída é especialmente útil para analisar os desbalanceamentos que se originam quando as expectativas das famílias e das empresas são frustradas. Para fazê-lo, é preciso lembrar que qualquer discrepância entre a demanda e a oferta agregada se refletirá em mudanças não desejadas nos estoques da economia.<sup>4</sup> Seja, então,  $D_t$  a demanda agregada e  $Q_t$  a oferta agregada no momento  $t$ . Indicando o investimento não desejado em estoque por  $I_v$ , pode-se escrever o excesso de demanda  $E_t$ , no momento  $t$ , como:

$$E_t = D_t - Q_t = I_v$$

<sup>4</sup> A derivação que se segue também é baseada em Moudud (1998, 1999).

Ou seja, se o excesso de demanda for positivo num certo momento  $t$ , os estoques cairão abaixo do nível desejado pelas empresas, de tal modo que haverá uma variação inesperada de estoques e esta última será negativa ( $I_v < 0$ ).

É nesse que ponto que as concepções teóricas polares se bifurcam. A teoria neoclássica enrijecida na segunda metade do século XX simplesmente impõe que  $E_t = 0$ , pois pensa que os preços, assim como as taxas de juros, são supersensíveis e flexíveis de tal modo que os mercados se ajustam de um modo infinitamente rápido. Já as teorias alternativas supõem que  $E_t$  tem uma trajetória no tempo, podendo convergir ou não para algum valor. Para ver como se configura esse segundo tipo de teoria econômica, é preciso obter o esboço de um modelo alternativo.

Eliminando momentaneamente os  $t$ 's para simplificar, a restrição orçamentária total contida na matriz de contabilidade social fica:

$$-E + w(N^e - N^p) + \delta(E_Q^e - E_Q^p) - iL^p + (\Delta E_Q^e - \Delta E_Q^p) + \Delta L^p = 0$$

onde  $E = -(X^e - X^p)$ . Suponha-se, agora, que os erros de expectativa são nulos, exceto no caso do investimento. Como  $E = I - S$ , obtém-se (introduzindo novamente os  $t$ 's):

$$E_t = I_t - S_t = \Delta L_t - iL_{t-1}$$

Como  $\Delta L_t = L_t - L_{t-1}$ , obtém-se finalmente:

$$E_t = I_t - S_t = L_t - (1+i)L_{t-1}$$

Em palavras, supondo que o excesso de demanda agregado em  $t$  seja positivo, ele apenas pode se realizar porque há um aumento autônomo do endividamento conjunto das empresas. Note-se que o endividamento em  $t-1$  era igual a  $L_{t-1}$ ; em  $t$ , endogenamente, ele se transformaria em  $(1+i)L_{t-1}$  (ou seja, seria igual ao principal em  $t-1$  mais os juros do período). Entretanto, em virtude do excesso de investimento sobre a poupança, o endividamento tornou-se  $L_t$ ; a diferença ob-

servada vem a ser, pois, no caso em tela, um aumento autônomo do endividamento das empresas.

Desse modo, obteve-se um resultado que mostra como o crédito alavanca a produção: “o excesso de investimento planejado sobre a poupança disponível é alimentado pela injeção líquida do crédito bancário, de tal modo que a oferta monetária se ajusta endogenamente para acomodar as necessidades da acumulação” (Moudud, 1999). Fica patente, também, como essa alavancagem depende da taxa de juros sobre os empréstimos, que, como se sabe, tem uma relação inversa com o investimento, podendo ser manipulada pelo governo.<sup>5</sup> Examinemos, agora, tudo isto de um ponto de vista metodológico.

Notemos, de início, que não há razão alguma para esperar que  $E_t$  seja sempre igual a zero, conforme  $t$  muda. Ao contrário, é de se julgar que esse hiato geralmente venha a ser quase sempre não nulo. Com essa afirmação, que tem por referência o sistema econômico real, todos concordam. Entretanto, há basicamente duas maneiras de tratar um desequilíbrio em teoria econômica: como algo virtual ou como situação real. E é isto que faz toda a diferença.

#### 4. Comparação de teorias

Nessa matriz de contabilidade social, a suposição de que as fontes e os usos ex-ante dos fundos nos conjuntos das famílias e das empresas vêm a ser internamente consistentes pode ser imposta por meio da suposição que a soma das colunas é zero. De outro lado, as linhas somam zero quando se admite que os valores esperados que envolvem relações entre os setores são compatíveis. Por exemplo, é possível supor, como foi feito anteriormente, que o pagamento planejado de salários pelas empresas venha a ser exatamente igual aos salários esperados pelos trabalhadores que encabeçam as famílias. É evidente, também, que se pode admitir no plano da análise que certos hiatos

---

<sup>5</sup> Em particular, a última equação apresentada é consistente com uma visão do funcionamento do sistema econômico como um processo cíclico movido endogenamente: o excesso de demanda, na fase ascendente, efetiva-se por meio da expansão do crédito, transformando-se, na fase descendente do ciclo, em excesso de oferta que se torna possível devido à contração do crédito.

são nulos. Ainda no plano meramente analítico, é possível conceber o sistema econômico em estado estacionário, pois se quer expor as condições de sua reprodução e se pretende examinar as fontes de possíveis desbalanceamentos (Harris, 1978, 41-44).

De uma perspectiva geral, pois, é de se esperar que os desajustes e os hiatos mencionados venham a ocorrer constantemente na realidade. Poderia parecer, então, que se deveria considerar os movimentos de desajustamento/ajustamento não apenas como reais, mas também como inerentes ao modo pelo qual essa economia existe e funciona. Nessa perspectiva seria importante – e mesmo necessário se é que o objetivo consiste na busca de rigor científico – manter aberta a possibilidade de considerá-los efetiva e explicitamente no plano da teoria.

Ora, é justamente essa possibilidade que é obliterada em geral pelo modo de pensar centrado no estrito balanceamento dos mercados (*market-clearing*). Em Economia Política, vulgarmente chamada de economia, esse estilo de pensamento é representado pelo nome genérico de teoria neoclássica.<sup>6</sup> Essa perspectiva teórica adota a suposição de previsão perfeita, assumindo desde o princípio que os mercados estão em equilíbrio. Ao se concentrar em mercados balanceados, faz com que desapareçam os hiatos reais que o sistema econômico vai criando e superando no processo de acumulação. Em conseqüência, os desbalanceamentos possíveis passam a ser tratados como se fossem puramente virtuais. Justificando essa decisão metodológica, encontra-se uma visão sobre o modo de funcionamento do sistema econômico: as unidades desse sistema, famílias e empresas, são plenamente racionais, utilizam corretamente a informação disponível e otimizam objetivos bem definidos; o próprio sistema fornece todas as informações necessárias para aquelas decisões, e os preços são flexíveis de tal modo que as situações de equilíbrio são atingidas muito rapidamente.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Que na verdade é um conjunto algo difuso de teorias aparentadas e que se unificam, hoje, por privilegiar o emprego de métodos matemáticos de otimização, pela adoção da suposição de que os agentes são plenamente racionais e bem informados e por centrar a análise econômica no equilíbrio (e na estática comparativa). Faz parte da teoria neoclássica os desenvolvimentos que violam uma ou mais de suas hipóteses básicas, com o fim de verificar as conseqüências lógicas dessa violação.

<sup>7</sup> Note-se que essa compreensão não requer logicamente a decisão de pensar a economia em equilíbrio.

Hayek, já em 1936, considerou esse modo de pensar como tautológico, associando-o à decisão prévia, que despontara na teoria econômica de Walras principalmente, de transformar a Economia Política num ramo de aplicação da análise matemática pura e da lógica dedutiva. “A previsão perfeita” – disse – “não é então, como tem sido entendido, uma condição que deve existir para que o equilíbrio seja atingido. Ao invés, é aquilo que define caracteristicamente o estado de equilíbrio” (Hayek, 1948, p. 42). Ou seja, em outras palavras, ao invés de mostrar que o sistema econômico tende para o equilíbrio, essa abordagem, devido a uma opção de procedimento, escolhe analisá-lo em equilíbrio, assumindo aquilo que deveria mostrar e cometendo uma petição de princípio.<sup>8</sup>

Essa escolha metodológica, como ressaltou Joan Robinson, implica tratar o tempo como mais uma dimensão espacial, como se este tivesse a propriedade da reversibilidade. Ao adotá-la, retira-se completamente o estudo dos fenômenos econômicos da historicidade para colocá-lo num espaço de possibilidades meramente lógico formal (Robinson, 1978). Ainda que a teoria econômica em geral tenha que colocar sempre a história entre parênteses, essa opção tem uma consequência particularmente deletéria. Ao abolir a flecha do tempo, ela elimina a possibilidade de pensar o movimento de constituição por meio do qual os fenômenos econômicos, os preços, por exemplo, emergem.

É por isso que uma teoria oposta à teoria neoclássica tem de se concentrar nas situações em que há desbalanceamento de mercados. Mais do que isso, ela tem de visar aos processos que ocorrem fora de algum equilíbrio ou mesmo fora de qualquer equilíbrio, pois é desse modo que se pode colocar a análise econômica em congruência com a história e se pode fazer reaparecer aquilo que move os processos. Nesse tipo alternativo de teoria é preciso prestar atenção aos mecanismos de realimentação e às instabilidades locais por eles geradas.

---

<sup>8</sup> A seguinte citação de Hayek é bem enfática: “Nas apresentações usuais da análise de equilíbrio, tudo geralmente se passa como se essas questões sobre como o equilíbrio é atingido estivessem já resolvidas. Mas, olhando mais de perto, torna-se logo evidente que essas demonstrações aparentes são não mais do que provas aparentes do que fora já assumido. O recurso geralmente adotado para chegar a esse fim é a suposição de um mercado perfeito em que cada evento se torna instantaneamente conhecido por todos os participante” (Hayek, 1948, p. 45).

No plano da análise poderá haver convergência ao equilíbrio, mas isto será sempre entendido como irrelevante frente à temporalidade real. O caminho que a economia percorre, ademais, pode estar sujeito a ocorrências fortuitas que tornem os estados futuros dependentes da própria trajetória. As construções teóricas podem contemplar a existência de múltiplos equilíbrios, alguns dos quais espelham situações de falta de coordenação e ineficiência. Por outro lado, os processos analisados podem ser guiados por um princípio de desenvolvimento infinito, não apresentando qualquer ponto estacionário.

Tal modo alternativo de fazer teoria baseia-se imediatamente no comportamento de agentes econômicos que agem de modo adaptativo e que são parcialmente cegos em relação ao futuro e em relação ao funcionamento do sistema econômico como um todo. O ambiente em que se movem é entendido como complexo, de tal modo que o próprio funcionamento do sistema seja uma fonte de incertezas, as quais, em consequência, não podem ser reduzidas a probabilidades. O conhecimento dos agentes, assim como as informações disponíveis, são sempre parciais, o que faz com eles sejam incapazes de calcular todas as consequências de suas ações, ou seja, de qualquer cálculo de otimização. A racionalidade instrumental, pois, é limitada e se faz presente apenas em processo, corrigindo-se permanentemente diante de suas próprias falhas ou de eventos externos inesperados. As técnicas matemáticas de otimização, pois, não podem ser utilizadas nesse modo alternativo de fazer teoria econômica. Diferentemente, ele apenas pode se valer de técnicas capazes de apresentar processos seqüenciais ou processos evolucionários.

Esse modo de teorizar em Economia Política tem várias fontes, das quais duas são aqui mencionadas. Uma delas pode ser chamada genericamente de keynesiana e se caracteriza por pensar o sistema econômico *ex-ante* em desequilíbrio, mas *ex-post* em equilíbrio. Na economia keynesiana raciocina-se em geral num horizonte curto de tempo, supondo que os desequilíbrios são relativamente duráveis e podem resistir às formas espontâneas de ajustamentos inerentes ao sistema econômico. De modo crucial, julga-se aí que os preços não são capazes de equilibrar os mercados instantaneamente. Apesar disso, mesmo quando o ajustamento necessário é lento, acredita-se que isto possa ocorrer espontaneamente se passar um tempo suficiente-

mente (ou intoleravelmente) grande; de qualquer modo, ele também pode acontecer por meio de intervenção do governo que abrevia as agruras do presente. Os agentes são entendidos como seres que buscam objetivos próprios, os quais em geral podem não ser consistentes entre si. O seu comportamento vem a estar orientado por processos cognitivos limitados que enfrentam ausências e falhas de informação; eles agem, pois, em função de expectativas que se encontram marcadas pela incerteza, com base em regras práticas ou convenções. De qualquer modo, a análise econômica continua centrada, tal como na teoria neoclássica, no indivíduo.

A segunda fonte alternativa à teoria neoclássica é mais radical, pois pensa o sistema econômico em estado de desbalanceamento *ex-ante* e *ex-post*. E este é, evidentemente, o caso de Marx.<sup>9</sup> Este autor, como se sabe, contempla o modo de produção capitalista em um horizonte longo de tempo, explicando o seu movimento histórico como automovimento guiado pela atuação do capital (que sempre existe como múltiplos capitais), o qual conceitua como uma substância sujeito, socialmente constituída, objetiva e fantasmagórica. O capital é, pois, valor que se valoriza, sujeito automático. Os agentes aparecem na obra desse autor como suportes da relação de capital, ou seja, de um lado, como capitalista ou proprietário privado dos meios de produção e, do outro, como trabalhador ou proprietário da força de trabalho.

Para Marx, as contradições<sup>10</sup> são as fontes do evoluir histórico do modo de produção. Ora, os resultados econômicos aparentes dessas contradições se expressam na linguagem da matriz de contabilidade social como hiatos. Um resultado central associado à matriz apresentada anteriormente vem a ser o “desequilíbrio dual” que relaciona o excesso de demanda na produção de mercadorias com um desequilíbrio monetário, o qual, aí, se configura apenas como variação no estoque do endividamento bancário. Em sua forma específica acima exposta,

---

<sup>9</sup> A teoria econômica de Marx é uma teoria crítica; não se resume, pois, à explanação dos modos de funcionamento da economia mercantil capitalista.

<sup>10</sup> Para Marx, contradições são unidades de contrários realmente existentes. Por exemplo, a mercadoria é unidade do valor (cuja substância é o trabalho abstrato) e do valor de uso; a sociedade civil burguesa é a unidade da classe trabalhadora e da burguesia, etc. É por meio das contradições que ele pode pensar o sistema econômico como algo que tem automovimento.

do ângulo de Marx, esse desequilíbrio dual é uma expressão particular da contradição inerente ao capitalismo entre a acumulação (o capital como um fim em si mesmo) e a produção/repartição (o funcionamento da economia tem de atender à reprodução da própria sociedade).<sup>11</sup>

#### 4. Fechamento

Em virtude de seu caráter tautológico, a teoria neoclássica não tem conteúdo empírico e não pode, como ressaltou Hayek, ser verificada, comprovada ou falseada.<sup>12</sup> Segundo os critérios de cientificidade que muitos economistas neoclássicos dizem que adotam, pois, não se pode dizer sequer que ela seja científica. Para empregá-la em trabalhos empíricos, muitos de tais economistas saltam de um mundo para outro, sem perceber o abismo intransponível que os separa: transformam as proposições analíticas que derivam em proposições sintéticas por meio da introdução *ad hoc* da passagem do tempo.

A teoria keynesiana, por outro lado, distingue-se por considerar um ambiente econômico em que a formação de expectativas sobre o futuro é dificultada pela ignorância e pela incerteza não probabilística. Impede-se, assim, de pensar que os processos econômicos passam por “ajusta-

---

<sup>11</sup> Essa contradição, como se sabe, é uma expressão da contradição básica entre valor e valor de uso, instalada já na mercadoria. Nas palavras de Marx, “Imaginemos toda a sociedade composta apenas por capitalistas industriais e trabalhadores assalariados. Abstraiamos, além disso, as flutuações de preços, que impedem grandes porções do capital global de se repor em suas proporções médias, e que, em virtude da interdependência geral de todo o processo de reprodução, como nomeadamente o crédito o desenvolve, têm sempre de provocar paralisações temporárias gerais. Abstraiamos igualmente os negócios improdutivos e as transações especulativas, que o sistema de crédito estimula. Então, uma crise somente seria explicável por desproporção da produção nos diversos ramos e por uma desproporção do consumo dos próprios capitalistas para com sua acumulação. Mas, como as coisas são, a reposição dos capitais investidos na produção depende, em grande parte, da capacidade de consumo das classes não produtivas; enquanto a capacidade de consumo dos trabalhadores está limitada em parte pelas leis de salário, em parte pela circunstância de só serem empregados enquanto puderem ser empregados com lucro para a classe capitalista. A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite” (Marx, 1983, p. 24).

<sup>12</sup> Ver sobre isso, também, Caldwell (2000).

mentos infinitamente rápidos”<sup>13</sup> e isto põe a análise econômica em consonância com a passagem do tempo, com a temporalidade em flecha. Eis, porém, que tal ambiente é característico do capitalismo, mas não da história em geral. Em consequência, o óculo-de-ver-de-perto keynesiano requer, como complemento, para fazer sentido, a visão do capitalismo como um processo histórico inerentemente desequilibrado. É apenas enxergando essa economia mercantil como um processo anárquico de acumulação de capital, incongruente quase sempre com a repartição entre as classes sociais, que a incerteza deixa de ser algo *ad hoc*.

Procuramos mostrar, de maneira abreviada, que a comparação crítica de teorias não apenas pode ser feita – o que vem a ser de certo modo óbvio – mas que essa comparação pode ser feita com argumentos orientados para uma decisão unívoca, na forma de uma aposta ou verdade que eventualmente pode não ser verdade. Isto não implica acreditar que é possível chegar a qualquer consenso em Economia Política. Mesmo havendo, por exemplo, evidências teóricas inequívocas de que a teoria do equilíbrio geral (suporte abstrato de todas as construções neoclássicas) fracassou inteiramente (Ingrao e Israel, 1990 e Soromenho, 2000), esta teoria se recusa a morrer (Ackerman, 2002). A evidência tem mostrado que ela continua a receber suporte porque parece atender a uma necessidade de fundamentação – fornecendo, assim, uma última linha de defesa contra teoria do valor trabalho<sup>14</sup> – qual seja, a necessidade de dar uma resposta ao problema da formação dos preços que se mantenha estritamente ao nível das transações mercantis.

---

<sup>13</sup> A expressão é evidentemente contraditória, mas o pensamento “rigoroso” neoclássico detesta as contradições reais, mas ama as contradições vulgares. O exemplo mais gritante vem a ser o termo “capital físico”.

<sup>14</sup> A teoria do equilíbrio geral também forneceu um quadro analítico para uma crítica célebre à teoria do valor de Marx. Por meio da reconstrução do problema da transformação dos valores em preços em termos de um sistema de equações simultâneas, ela deu suporte à idéia de que havia uma contradição insolúvel entre a chamada lei do valor e a formação dos preços de produção. Freeman e Carchedi, entre outros, mostram que essa crítica era ilusória. Esses autores mostraram que a teoria do valor de Marx é sequencial e não dualista: sequencial, “porque rejeita a abordagem por meio de equações simultâneas” e não dualista, “porque considera que preços e valores determinam reciprocamente uns aos outros numa sucessão de períodos de produção e circulação” (Freeman e Carchedi, 1996, p. x). Por ter caído nessa armadilha e lá permanecido por muitos anos, o autor dessa nota cometeu no passado erros de apreciação sobre a teoria do valor trabalho de Marx (especialmente em Prado (1996)).

## Referências Bibliográficas

- ACKERMAN, F., Still dead after all these years: interpreting the failure of general equilibrium theory. In: *Journal of Economic Methodology*, vol. 9 (2), 2002, p. 119-139.
- ARIDA, P., A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: *Revisão da crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico*, J. M. Rego (org.). São Paulo: Biental, 1991, p. 1-41.
- CALDWELL, B., *Hayek: Right for the Wrong Reasons?* Presidential Address: History of Economic Society, julho de 2000.
- DUAYER, M. et alii, A Miséria do Instrumentalismo na Tradição Neoclássica. In: *Estudos Econômicos*, vol. 31 (4), 2001, p. 723-783.
- FERNÁNDEZ, R. G., MCCLOSKEY, Mäki e a Verdade. In: *Estudos Econômicos*, vol. 30 (4), 2000, p. 597-628.
- FREEMAN, A. e G. CARCHEDI, *Marx and Non-equilibrium Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.
- HARRIS, D. J., *Capital Accumulation and Income Distribution*. Stanford: Stanford University Press, 1978.
- INGRAO, B. e G. Israel, *The Invisible Hand - Economic Equilibrium in the History of Science*. Cambridge: The MIT Press, 1990.
- JAMESON, F., POSTMODERNISM, or the cultural logic of late capitalism. In: *New Left Review*, nº 46, 1984, p. 53-92.
- HAYEK, F. A., Economics and knowledge. In: *Individualism and economic order*. South Bend; Gateway, 1948, p. 33-56.
- MARX, C., Ad FEUERBACH. In: *Marx*, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, C., *O Capital - Crítica da Economia Política*. Volume III. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MOUDUD, J., Finance and the Macroeconomic Process in a Classical Growth and Cycle Model. The Jerome Levy Economic Institute, Working Paper nº 253, 1998.
- MOUDUD, J., Finance in a Classical and Harrodian Cyclical Growth Model. The Jerome Levy Economic Institute, Working Paper nº 260, 1999.
- PAULANI, L. M., Idéias sem lugar: sobre a retórica da economia de McCloskey. In: Rego, J. M. (ed.), *Retórica na Economia*. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 99-114.
- PRADO, E. F. S., A questão da resolução das controvérsias em Economia. In: *Revista de Economia*, nº 21, 1997, p. 1-56.

PRADO, E. F. S., O sistema econômico e os meios de comunicação sistêmicos. In: *Estudos Econômicos*, vol. 26 (2), maio-agosto 1996, p. 201-234.

ROBINSON, J., History versus equilibrium. In: *Contributions to Modern Economics*. Oxford: Basil Blackwell, 1978.

SHAIKH, A., A Dynamic Approach to the Theory of Effective Demand. In: D. Papadimitriou (ed.), *Profit, Deficits and Instability*. Londres: Macmillan, 1992.

SOROMENHO, J. E. C., Microfundamentos e sociabilidade. In: *Economia*, vol. 1(2), julho/dezembro de 2000, p. 186-219.

## 1. Introdução

A economia, na visão de seus principais teóricos contemporâneos, é uma ciência positiva.<sup>1</sup> Foi sob essa referência que ela cresceu aos olhos do que se convencionou chamar ciência após o Iluminismo. Sabe-se, porém, que, não obstante o prestígio que a economia desfruta junto às demais ciências sociais, todo o esforço positivista não foi suficiente para guindá-la à posição em que hoje se encontram as ciências naturais no que se refere ao método. É verdade que a teoria econômica ortodoxa mostrou-se uma poderosa ferramenta de análise dos fenômenos, invadindo até mesmo o terreno de outras ciências sociais. Contudo, em função principalmente de seus postulados básicos, ela é alvo alvo de muitas críticas. O presente artigo propõe-se a fazer uma revisão do debate metodológico na economia, conduzindo a discussão sob a luz difusa da filosofia da ciência.

Sérgio M. M. Fonteira é Professor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Este artigo é uma adaptação do segundo capítulo da minha tese de doutorado, defendida junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradeço as orientações de meu orientador, professor Pedro César Duarte Figueira, e dos demais avaliadores da banca de avaliação, Professores Francisco Artur Santos, Paulo César Mancini e Eugênio Legmann. Agradeço também à CAPES, CNPq e FAPERGS pelo apoio financeiro.

<sup>1</sup> Ao longo do texto essa afirmação ficará mais clara.